

Ana Cristina Correia Gil

Universidade dos Açores

A “ilha ibérica” em *A jangada de pedra* de José Saramago

Em 1986, ano da entrada de Portugal e Espanha na Comunidade Económica Europeia, Saramago publica o romance *A jangada de pedra*, em que, numa narrativa marcada pelo fantástico, o autor reflecte sobre o lugar da Península Ibérica na Europa. O núcleo da acção centra-se no desprendimento da Península Ibérica do resto da Europa, com a abertura de uma fenda nos Pirinéus; imediatamente se iniciam movimentações populacionais em todo o território ibérico (fugas para o interior, saída de turistas, pontes aéreas, deslocação de curiosos para o local do fenómeno) a que se acrescentam as preocupações e desorientações dos governantes de Portugal e Espanha e a euforia dos meios de comunicação social, sempre ávidos de novidades retumbantes. Transforma-se assim a Península Ibérica numa espécie de ilha, com uma particularidade estranha: esta enorme massa de pedra move-se, vai deslizando pelo oceano à medida que o romance avança, chegando quase a chocar com as ilhas dos Açores, inverte o rumo e dirige-se à América e finalmente desvia-se novamente, desce em direcção ao sul e pára entre África e a América Latina. A par deste movimento geológico, desenrola-se a intriga humana, centrada em cinco personagens que se reúnem, todas elas implicadas em fenómenos mágicos e maravilhosos, que se revelam estar associados à ruptura ibérica: Joana Carda faz um risco no chão que não se apaga, Joaquim Sassa atira uma pedra ao mar que atinge uma distância anormal e provoca uma onda enorme, Pedro Orce bate com os pés na terra e sente-a tremer, José Anaiço é perseguido por um bando de estorninhos, Maria Guavaira desfaz um pé-de-meia que nunca acaba. São estes factos insólitos e surpreendentes que determinam o encontro das personagens e a deambulação do grupo no interior da Península Ibérica.

É através desta alegoria da península feita ilha que Saramago convoca para o mundo romanesco a problemática da identidade, seja a nível individual (a das personagens), seja a nível nacional, peninsular e europeu. A busca da identidade é uma questão premente neste romance: as cinco personagens protagonistas deambulam pela Península Ibérica à procura de si próprios, do sentido da sua vida, do amor que lhes escapara nos caminhos para trás percorridos. Assim também a Península Ibérica vagueia pelo Atlântico em busca do seu lugar na geografia mundial, procurando proximidade com os dois continentes – África e América – com os quais mantém profundas afinidades históricas e culturais.

Numa breve aproximação ao conceito, a identidade conforma-se com base em três vectores fundamentais: a distinção de um objecto dos outros, operação que implica a detecção de marcas de diferença que o individualizem¹; a atribuição de significado, decorrente de uma dimensão cognitiva; a valorização do objecto, que implica certamente uma hierarquia dos elementos em causa. Neste trabalho ocupar-nos-emos da conformação das identidades nacionais (portuguesa e espanhola) e transnacionais (europeia), sobretudo na sua dimensão relacional, ou seja, procuraremos apreender em *A jangada de pedra* a imagem de Portugal, por contraste com a Espanha, com o resto da Europa e com os Estados Unidos da América. Digamos que a situação de *ilha*, a que Portugal (e Espanha) se vê subitamente forçado, coloca-o em confronto com outras identidades, põe em causa os alicerces do que se pensava ser uma identidade comum (com a Europa) e, por outro lado, funciona como uma revelação do povo a si próprio. Esta estreita relação entre a ilha e a procura da identidade encontramos-la também na narrativa *O conto da ilha desconhecida*, em que a ilha que se procura acaba por ser a própria busca ontológica dos dois protagonistas: “quero encontrar a

¹ “An identity is established in relation to a series of differences that have become socially recognized. These differences are essential to its being. If they did not coexist as differences, it would not exist in its distinctness and solidarity... Identity requires difference in order to be, and it converts difference into otherness in order to secure its own self-certainty”, in William Connolly, *Identity/Difference: Democratic Negotiations*, apud John Rajchman (ed.), *The Identity in Question* (New York/London: Routledge, 1995), p. 222 (nota 2).

ilha desconhecida, quero saber quem sou quando nela estiver, Não o sabes, Se não saís de ti, não chegas a saber quem és”². A ilha simboliza neste conto a própria condição humana (“todo o homem é uma ilha”³), pelo que para a conhecer há que a ver do exterior, operando-se assim o distanciamento entre sujeito e objecto, ideal para um conhecimento mais autêntico: “é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não saímos de nós”⁴.

O confronto fundamental em toda a narrativa de *A jangada de pedra* é estabelecido entre a Península Ibérica e o resto da Europa, sendo que se revela um manifesto sentimento de superioridade desta última em relação aos povos ibéricos, ou seja, constrói-se uma hierarquia de valores civilizacionais em que a Europa ocupa o lugar cimeiro e a Ibéria a base, considerada quase bárbara. Este atraso ibérico é, aliás, posto ironicamente na boca dos próprios espanhóis e portugueses, que de modo aparentemente nada traumático comentam assim o êxodo dos turistas estrangeiros quando se apercebem do desprendimento da Península Ibérica: “estes estrangeiros, quando os tiram da rotina, perdem a cabeça, é o resultado de estarem tão adiantados na ciência e na técnica” (p. 34)⁵. O avanço científico parece assim tornar-se um ónus negativo, sinónimo de incapacidade de lidar com o inesperado, com o não planeado, valorizando-se, por contraste, a facilidade com que os portugueses lidam com os contratemplos e demonstram uma capacidade de improvisação fora do normal. Jorge Dias, no célebre texto «Os elementos fundamentais da cultura portuguesa», de 1950, chama a atenção para esta característica tipicamente lusitana, que se revela sobretudo em momentos de crise:

Quando se aproxima a catástrofe, abrem-se-lhe os olhos da razão, e então é capaz de desenvolver tal energia e com tal eficiência que a isso é que se poderia chamar *milagre*. O facto de se repetirem tais situações deve explicar-se pela confiança que

² José Saramago, *O Conto da Ilha Desconhecida* (Lisboa: Caminho, 1999), p. 27.

³ *Ibidem*, p. 28.

⁴ *Ibidem*.

⁵ José Saramago, *A jangada de pedra* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1986). Todas as citações pertencem a esta edição.

o Português tem na facilidade das soluções da última hora. Nesses momentos a sua inteligência viva, a enorme capacidade de adaptação a todas as circunstâncias e o jeito para tudo permitem-lhe dominar as situações com êxito⁶.

No entanto, se analisarmos a postura da Europa perante Portugal e Espanha, verificamos que os europeus deste romance olham sobranceiramente a Península, consideram-na bárbara, pouco civilizada, retrógrada, pelo que o seu afastamento é visto com um sentimento de alívio. Porém, ainda num primeiro momento, no capítulo terceiro⁷, há um cuidado maternal como de mãe para os filhos perdidos: “Mãe amorosa, a Europa afligiu-se com a sorte das suas terras extremas, a ocidente” (28). Cedo se vai desvanecendo esta preocupação, e a solidariedade é substituída pela frieza das declarações políticas que garantem a ligação administrativa e política da Península Ibérica à Europa:

a Comunidade Económica Europeia tornou pública uma declaração solene, nos termos da qual ficava entendido que o deslocamento dos países ibéricos para ocidente não poria em causa os acordos em vigor, tanto mais que se tratava de um afastamento mínimo, uns poucos metros, se compararmos com a distância que separa a Inglaterra do continente (38).

Chegam enfim as animosidades de alguns países membros para com Portugal e Espanha, desses que revelam hostilidades ocultas por estratégias políticas e manifestam para com estas nações um claro

⁶ Jorge Dias, *Estudos de antropologia*, vol. I (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, [1990]), p. 156.

⁷ De notar que Saramago não numera os capítulos do romance, deixando no leitor uma sensação de “incomodidade de leitura”; para facilidade de localização dos excertos, optámos por fazê-lo. Aliás, o próprio autor fá-lo nos manuscritos, como testemunha Maria Alzira Seixo ao analisar o caderno de apontamentos de Saramago para *A jangada de pedra*: “constata-se, lendo os apontamentos da *Jangada*, que Saramago faz aquilo que nunca publica, isto é, atribui uma designação numérica aos capítulos e por vezes até lhes menciona as páginas, enquanto o leitor tem de sujeitar-se pacientemente a um enigmático apagamento da ordenação capitular” in Maria Alzira Seixo, “Derivas. Notas para uma leitura do caderno de apontamentos sobre a composição de *A jangada de pedra*” (*Colóquio/Letras*, 151-152 – “José Saramago: o ano de 1998”, 1999), p. 313.

desprendimento e desidentificação: “se a Península Ibérica se queria ir embora, então que fosse, o erro foi tê-la deixado entrar” (38). Esta indiferença para com o destino da península errante é corroborada pela resposta da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) que, sendo-lhe solicitada uma “declaração de solidariedade atlantista” (39), se limita a responder com um lacónico “Wait and see” (39), sintomático de uma postura de previdência apenas ciosa dos seus próprios interesses. A defesa dos interesses nacionais por parte dos governos (europeus, americano, canadiano), sobrepondo-se a qualquer manifestação de solidariedade, é uma das constantes no romance, de que é exemplo a reivindicação, por parte da Grã-Bretanha, da soberania definitiva sobre Gibraltar, simbolicamente apelidado como “The Rock” (41), o que por si só demonstra o seu pouco interesse como território aproveitável para qualquer fim e põe em relevo o que verdadeiramente está em causa: os conflitos de poder entre as diferentes soberanias nacionais⁸. Esta avidez nacionalista dos governos contrasta, porém, com a vivência do povo que, alheio a estes jogos de poder, continua o seu dia-a-dia imperturbável:

em verdade os povos são inconscientes, lançam-nos numa jangada ao mar e continuam a tratar das vidas como se estivessem numa terra firme para todo o sempre, falando como Moisés quando descia o Nilo na condessinha de verga, a brincar com as borboletas, com tanta sorte que não o viram os crocodilos (51)⁹.

⁸ Este facto é notório logo no início da narrativa, no segundo capítulo, quando França e Espanha discutem se a fenda é francesa ou espanhola, com vista a “estudarem as virtualidades turísticas de um fenómeno natural com certeza único no mundo e as condições da sua exploração” (p. 21).

⁹ Pelo contrário, as classes elevadas, mais informadas e com mais disponibilidade financeira para se deslocarem, protagonizam um segundo êxodo (o primeiro é o dos turistas estrangeiros) que empobrece a península, já que transportam consigo toda a riqueza móvel: “As grandes contas bancárias tornaram-se de repente mínimas, ficaram com um remanescente simbólico, em Portugal quaisquer quinhentos escudos, em Espanha quaisquer quinhentas pesetas, ou pouco mais, rapados assim os depósitos à ordem, com algum prejuízo os depósitos a prazo, e tudo tudo, os ouros, as pratas, as pedras preciosas, as jóias, as obras de arte, os títulos, tudo foi levado pelo poderoso sopro que varreu por sobre o mar, nas trinta e duas direcções da rosa-dos-ventos, os bens móveis dos fugitivos” (p. 91).

Com o aumento da turbulência na Península (roubos, invasão de hotéis, confrontos da população com militares), aumenta a hostilidade da Europa face a Portugal e a Espanha e começa a desenhar-se de modo mais visível um sentimento de superioridade civilizacional que coloca os países ibéricos numa situação de quase bárbaros, de nações que procuram a custo igualar as mais avançadas, mas que em momentos de crise não conseguem esconder a sua verdadeira essência. Não sem ironia, Saramago descreve assim a atitude arrogante dos europeus face aos acontecimentos: “as pessoas europeias, quando falavam da antiga península ibérica, encolhiam os ombros e diziam umas para as outras, Que é que se há-de fazer, eles são assim, não se pode fugir à natureza” (90). A questão acaba por tornar-se também política, já que as perturbações sociais que se verificam na Península Ibérica são interpretadas como sinónimo de tibieza organizacional e de fragilidade dos sistemas governativos: “A Europa, ao saber das alarmantes notícias, começou aos gritos, Anarquia, Caos Social, Atentado à Propriedade Privada” (90)¹⁰. É quando se desencadeia em alguns espíritos europeus mais rebeldes um movimento de fraternidade para com a península – a partir da proclamação “Nous aussi, nous sommes ibériques” (139), que se espalha, traduzida, por toda a Europa – que os governos europeus se vêem obrigados a tomar medidas propagandísticas, desencadeando uma acção que inclui a convocação de mesas-redondas, conduzidas de modo a traçar “o negro quadro das realidades ibéricas” (141) e apelando demagogicamente e em tom eleitoralista: “Faça como eu, escolha a Europa” (141).

Detenhamo-nos agora um pouco na construção da imagem de Portugal que se contrapõe a este desprezo europeu. O autor, crítico em relação à Europa, mantém também uma visão irónica quando faz o retrato nacional. Assim, após um longo discurso em que o primeiro-ministro português apela ao patriotismo, à determinação e à união (146-147)¹¹, assistimos à desistência deste mesmo governo, que se

¹⁰ Consciente deste facto, o primeiro-ministro português apela à nação para que dê a “imagem de um povo coeso e determinado” (p. 147).

¹¹ Diz o governante: “nós, que conservamos a serenidade dos fortes e dos justos [...], apenas nos deixaremos guiar pelo interesse nacional” (p. 147).

demite no momento em que a península se dirige perigosamente em direcção aos Açores, invocando o seu carácter monopartidário como obstáculo ao consenso nacional. Esta demissão é interpretada pelo narrador como sinal da incompetência generalizada dos governos, num contundente ataque à classe política nacional:

A notícia de que a península se precipita à velocidade de dois quilómetros por hora em direcção aos Açores foi aproveitada pelo governo português para apresentar a demissão, como fundamento na evidente gravidade da conjuntura e no perigo colectivo iminente, o que permite pensar que os governos só são capazes e eficazes nos momentos em que não haja razões fortes para exigir tudo da sua eficácia e capacidade (182).

A situação raia o absurdo quando este mesmo elenco é convidado pelo Presidente da República para formar o governo de salvação nacional. Ou seja: mantém-se a mesma realidade com uma nomenclatura diferente. Revela-se, deste modo, o aspecto negativo da capacidade de improviso dos portugueses, atrás referida: a inércia e a crença nas soluções providenciais. Perante o perigo de colisão com os Açores, não há planos de emergência, coordenação de meios, organização de recursos; tudo é deixado à mercê do acaso e da sorte, como revela o narrador, novamente em tom irónico:

então não temos senão que admirar a coragem destes povos de tantos sangues cruzados, e também louvar neles um sentido fatalista da existência que, com a experiência dos séculos, veio a condensar-se na notabilíssima fórmula, Entre mortos e feridos alguém há-de escapar (195).¹²

¹² Jorge Dias, no artigo atrás citado, refere também esta crença milagreira dos portugueses, que tem no Sebastianismo a sua manifestação máxima: “O Português gosta de fazer projectos vagos, castelos no ar, que não pensa realizar. Mas no seu íntimo alberga uma certa esperança de que as coisas aconteçam milagrosamente. [...] A crença viva é decididamente uma força, mas, quando toma aspectos irracionais e supersticiosos, pode ser uma fraqueza” (*Op. cit.*, pp. 155-156).

Este modo emotivo de reagir às situações é, aliás, o que distingue portugueses de espanhóis, como se observa no momento em que Portugal e Espanha reagem face à sua nova posição geoestratégica: enquanto Espanha, numa atitude mais racional e fria, tenta que Madrid se torne o centro político da península, em Portugal dá-se uma “súbita revivescência dos estudos ocultistas e esotéricos” (259), esgotando-se todas as edições dos autores portugueses ligados às profecias, ao Sebastianismo e ao Quinto Império – Bandarra, António Vieira, Pessoa.

Mas estes “pecados” do carácter nacional não ofuscam a valorização que dele resulta na cosmovisão romanesca de *A jangada de pedra*. Acima de tudo, a Península Ibérica tornada jangada é símbolo do sonho humano, imparável, insondável, procurando o seu lugar no mundo. Por isso o tema da viagem é fundamental nesta obra e a ele estão associadas as várias figurações do meio em que se viaja, em terra (Dois Cavalos, galera), no mar (jangada, barco), no ar (o avião), para além das recorrências míticas marítimas (a Atlântida, o Holandês Voador, o barco de pedra). A viagem significa a possibilidade de chegar ao inatingível, de ver os sonhos realizados, de conseguir o conhecimento supremo; daí que esta península viajante desperte em alguns europeus sonhadores (a “raça dos inquietos”, 139) a nostalgia da viagem por outros realizada, como se lê nesta belíssima reflexão:

Ela [a raça dos inquietos] é a que segue com os olhos o comboio que vai passando e entristece de saudade da viagem que não fará, ela é a que não pode ver um pássaro no céu sem experimentar um apetite de alciónico voo, ela é a que, ao sumir-se um barco no horizonte, arranca da alma um suspiro trémulo (139).

A perspectiva destes europeus sobre a península é a verdadeira chave do romance, já que eles encaram esta “aventura histórica” como a “promessa de um futuro mais feliz”, “a esperança de um rejuvenescimento da humanidade” (146), apresentado simbolicamente, no fim da narrativa, na gravidez espontânea de todas as mulheres peninsulares, augúrio de uma renovação e regeneração. A própria península é antropomorfizada e protagoniza um segundo nascimento: “a península é uma criança que viajando se formou e agora se revolve no mar para

nascer, como se estivesse no interior de um útero aquático” (278). O texto aproxima-se assim da utopia, a idealização de um mundo perfeito, perfeitamente recolocado no seu lugar autêntico.

José Saramago coloca assim a questão delicada da identidade dos países ibéricos: terão Portugal e Espanha suficientes pontos em comum com a Europa que justifiquem a sua integração na Comunidade Económica Europeia? Presentemente, neste ano de 2006, esta pergunta pode parecer redundante e inútil, já que a integração europeia é um facto irrefutável, ainda que por vezes certas insuficiências atávicas nacionais nos façam questionar o nosso papel na União Europeia. Contudo, não podemos esquecer que este romance data de 1986, ano da integração de Portugal e Espanha na C.E.E., em que o tema estava na ordem do dia. Saramago representa alegoricamente o afastamento entre a Península Ibérica e a Europa, mostra o sentimento de alívio dos europeus ao verem desaparecer no horizonte esses “incompreensíveis povos ocidentais” (139), com os quais não manifestam quaisquer afinidades: “Com a continuação dos séculos, se eles continuarem, a Europa nem se lembrará mais do tempo em que foi grande e se metia pelo mar dentro” (138). A profecia desta rasura da memória histórica europeia releva precisamente a não integração efectiva da Península no imaginário colectivo europeu, como o atesta a rapidez com que se fabricaram novos mapas da Europa (já sem a Península), “postos em circulação para actualização cultural do popular” (138).

No final da narrativa, a Península Ibérica detém-se finalmente entre África e a América Latina, segundo o autor o lugar simbólico da verdadeira identidade peninsular. Apesar de partilhar com a Europa afinidades linguísticas, legais, institucionais, Saramago defende que a Ibéria se caracteriza por uma cultura fortemente distinta da europeia, que se aproxima muito mais do Brasil e dos países africanos a que outrora esteve ligada¹³. No segundo volume de *Cadernos de Lanzarote*,

¹³ Eduardo Lourenço questiona a própria identidade europeia e chama a atenção para o facto de as diferenças culturais nos vários países europeus se sobreporem às afinidades que permitiriam a construção de uma Europa una e coesa. Lourenço vê a Europa como “uma multiplicidade de *identidades culturais* fortes – a de nações-culturas encerradas nos seus códigos próprios (de língua, de crença, de prática

o autor de *A jangada de pedra* insiste nesta ligação como a garantia da sobrevivência da língua portuguesa: “o futuro do Português como língua de comunicação e de cultura está radicalmente ligado às fronteiras dos mundos africano e brasileiro”¹⁴. Ao vaguear pelo oceano, Portugal cumpre literalmente a sua vocação atlântica, realiza o seu “carácter essencialmente expansivo”¹⁵, manifesto historicamente nos Descobrimentos.

Não nos parece que José Saramago preconize o iberismo ou a união ibérica como destino para Portugal e Espanha. Ciente do que os afasta, o autor encontra-lhes em comum a identidade cultural, a História, a ostracização a que são votados pela Europa, o atraso científico-tecnológico e económico (a que a nossa vizinha Espanha tem dado no presente uma resposta mais eficaz). Já no século XIX, a Geração de 70 reflecte sobre a decadência de Portugal, por contraste com a evolução europeia. Antero de Quental, na célebre conferência do casino lisbonense, em 1871, apresenta o catolicismo pós-tridentino (que inclui a acção repressora da Inquisição) como a causa deste definhamento intelectual peninsular:

Nos últimos dois séculos não produziu a Península um único homem superior, que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna [...]. A Europa culta engrandeceu-se, nobilitou-se, subiu sobretudo pela ciência: foi sobretudo pela falta de ciência que nós descemos, que nos degradámos, que nos anulámos. A alma moderna morrera dentro em nós completamente¹⁶.

Na mesma senda, Eduardo Lourenço aponta o efeito da Contra-reforma na Península Ibérica como a origem da nossa estagnação, por contraste com a secularização na Europa:

política)”, o que constitui um obstáculo à “invenção da Europa”, in Eduardo Lourenço, *A Europa desencantada. Para uma mitologia europeia* (Lisboa: Gradiva, 2001), pp. 233-234.

¹⁴ José Saramago, *Cadernos de Lanzarote*, vol. II (Lisboa: Caminho, 1995), pp. 35-36.

¹⁵ Jorge Dias, *op. cit.*, p. 141.

¹⁶ Antero de Quental, «Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos», *Prosas sócio-políticas* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, [1982]), pp. 266-267.

contrariamente ao que sucedeu em diversas áreas da cristandade, antes ou depois da Reforma, a cultura portuguesa não conheceu, nos termos em que a Itália, a França ou até a Espanha a conheceram, qualquer coisa que possa ser descrita como emergência, autonomia e, ainda menos, “triunfo do espírito laico” no seio de uma sociedade idealmente modelada pelos imperativos de uma visão religiosa e estruturada da vida e do mundo tal como o catolicismo a representou. [...] A Reforma, com a sua laicização imanente, não penetrou na fortaleza portuguesa, estruturalmente ortodoxa¹⁷.

Neste cenário internacional de *A jangada de pedra*, ocupa lugar fundamental a América do Norte, nomeadamente os Estados Unidos da América. Como contraponto ao desinteresse europeu pela situação ibérica, surge a prontidão norte-americana em suprir as necessidades materiais que se vão agudizando na *ilha* peninsular (por exemplo no fornecimento de carburantes), ou na ajuda a evacuar toda a população dos Açores antes da colisão do arquipélago com a Península Ibérica, se tal se tornasse necessário. Quando a península muda de rumo e começa a dirigir-se aos Estados Unidos da América, estes mostram toda a sua solidariedade e hospitalidade, manifesta nas palavras do presidente americano: “serão recebidos de braços abertos” (236). No entanto, predominarão os interesses políticos e geoestratégicos e virá à superfície o verdadeiro móbil da acção americana: o seu “apetite imperial”, como lhe chama o autor em *Cadernos de Lanzarote*¹⁸, já que a aproximação desta *jangada* significaria um acréscimo territorial estrategicamente colocado no Atlântico. A situação apresenta, porém, sérias consequências catastróficas, uma vez que, com o aproximar da península, tornar-se-iam interiores cidades antes litorais:

de reflexão em reflexão concluíram que quanto mais para o norte se desviassem melhor, imagine-se o que seria ficarem Nova Iorque, Boston, Providence, Filadélfia, Baltimore, transformadas em cidades do interior, *com o consequente*

¹⁷ Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia* (Lisboa: Gradiva, 1999), pp. 40-41. Cf. também Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as duas razões* (4ª ed. aumentada, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994), p. 44.

¹⁸ *Op. cit.*, p. 65.

abaixamento do nível de vida, não há dúvida de que o presidente se precipitou quando fez a primeira declaração (245, sublinhado nosso).

As reticências americanas tornam-se mais violentas quando se põe a questão da imigração, propondo-se desde logo o governo alterar o sistema legal para evitar um anormal afluxo de imigrantes indesejados: “não julguem os espanhóis e os portugueses que podem entrar-nos pela casa dentro sem mais nem quê, a pretexto de passarmos a ser vizinhos de patamar” (246). Mas é no momento em que a Península Ibérica volta a mudar de rumo, afastando-se do território dos E.U.A., que vem à tona o cinismo político de um Estado que, envergando uma capa humanitarista, demonstra que a ajuda tão prontamente prestada tinha como objectivo receber algo em troca; daí que, ao sair da alçada territorial dos Estados Unidos, a Península Ibérica tenha deixado de lhes interessar, como percebemos pelas palavras do seu presidente:

O presidente da América do Norte falou também ao mundo, disse que não obstante a mudança de rumo da península, em direcção a um ignoto lugar ao sul, nunca os Estados Unidos se demitiriam das suas responsabilidades para com a civilização, a liberdade e a paz, mas que os povos peninsulares não podiam contar, agora que penetravam em áreas conflituais de influência, Não podem contar, repito, com uma ajuda igual àquela que estava à sua espera quando parecia que o seu futuro se tornaria indissociável da nação americana. Estas foram, mais tropo menos tropo, as declarações para o auditório mundial (280).

Em privado, na sala oval, o desabafo do presidente é revelador do verdadeiro desinteresse americano pelo destino peninsular e a referência aos mísseis desvenda a utilidade real que daria à Península Ibérica:

Porém, em privado, no segredo do gabinete oval, e enquanto chocalhava uma pedra de gelo no bourbon, o presidente teria dito aos seus conselheiros, Se eles forem encalhar na Antártida acabam-se as nossas preocupações, aonde é que nós iríamos parar com o mundo a vaguear de um lado para o outro, não havia estratégia que se aguentasse, por exemplo, as bases que ainda temos na península para que é que nos servem agora, só se for para despejar uma carga de mísseis em cima dos pinguins (p. 280).

Portugal e Espanha surgem, assim, neste romance como nações à mercê de ingerências estrangeiras nos seus assuntos internos, peões no xadrez mundial, cujas soberanias políticas são disputadas à revelia dos seus próprios centros decisórios – para o que contribui, aliás, a inépcia do governo português que, numa situação de crise, não encontra outra saída senão demitir-se. Nos seus escritos diarísticos, Saramago coloca o problema da excessiva dependência de Portugal em relação a outros países e à Comunidade Económica Europeia: “Para que serve então um país que depende de tudo e de todos? Como pode um povo viver sem uma ideia de futuro que lhe seja própria? Quem manda realmente em Portugal?”¹⁹

Parece-nos, porém, que à crítica feita às fragilidades do carácter português se sobrepõe a consciência do autor da necessidade de se repensar a identidade nacional (e peninsular) e as suas relações externas. Saramago questiona a integração europeia de Portugal, apresentando uma proposta alternativa: não deverá Portugal procurar pontos de contacto em África e na América do Sul (o lugar, afinal, onde a península finalmente se detém), continentes com os quais partilha não só a História, o povo (lembramos o fenómeno da miscigenação), a Cultura e fundamentalmente a língua? Em vez de se integrar à força, talvez *contra natura*, na Comunidade Económica Europeia, realidade construída a partir da política e da economia e não, como teria sido ideal inicialmente, a partir da Cultura?²⁰

O final do romance aponta para a realização da utopia: Portugal e Espanha consumam a sua vocação atlântica, fixam-se no meio do

¹⁹ *Op. cit.*, vol. II, p. 64. Perante estas interrogações de José Saramago, vem-nos à memória a questão da (in)viabilidade de Portugal tão presente na Geração de 70 e posta de modo tão premente por Oliveira Martins na sua obra: “Há ou não há recursos bastantes, intelectuais, morais, sobretudo económicos, para subsistir como povo autónomo, dentro das estreitas fronteiras portuguesas?”, in Oliveira Martins, *Portugal contemporâneo* (Lisboa: Guimarães, 1996), p. 10.

²⁰ Esta questão é posta em *Cadernos de Lanzarote*: “E como dialogarão as culturas na Europa se as contradições económicas e as tensões financeiras fazem ranger o edifício europeu por todos os lados? Permito-me pensar que a Europa, do que está a precisar, em primeiro lugar, é de uma boa insurreição ética”, in *op. cit.*, vol. II, p. 106. E não será *A jangada de pedra* um ensaio desta insurreição?

oceano, libertam-se das amarras europeias, renascem para uma nova era. O motivo do (re)nascimento é fundamental no desenlace: assim como a península renascerá do “útero aquático” (278), de todas as mulheres ibéricas nascerá simultaneamente a prole que fundará este novo mundo. Perfeito ou não, a narrativa aberta não nos permite sabê-lo, mas certa é a esperança simbolicamente presente na vara de negrilho de Joana Carda colocada sobre a campa de Pedro Orce: “Os homens e as mulheres, estes, seguirão o seu caminho, que futuro, que tempo, que destino. A vara de negrilho está verde, talvez floresça no ano que vem” (288).